

**A CATEGORIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO LATIM
NA ATUALIDADE:
UMA QUESTÃO CONTROVERSA**

Camilla da Silva Mendes (IFF)
camillamendes12@hotmail.com

Nathalia Reis de Medeiros (IFF)
nathalia.reism@gmail.com

Thiago Soares de Oliveira (IFF e UENF)
so.thiago@hotmail.com

RESUMO

A língua latina, oriunda de um tronco chamado itálico, pertencente à família indo-europeia. Ainda que tenha dado origem a tantas outras línguas, tem sido motivo de questionamento em relação à sua atual situação dentro da classificação linguística. Diante disso, o objetivo traçado neste trabalho, resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Instituto Federal Fluminense, especificamente, no Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagens, consiste em abordar os conceitos de língua viva, morta, extinta e hipotética com o intuito de analisar, a partir de abordagens históricas, qual dos conceitos mencionados se aplica à língua latina.

Palavras-chave: Língua latina. Classificação linguística. Gramática histórica.

1. Introdução

A discussão sobre o latim ser ou não uma língua morta é algo pertinente, principalmente nos estudos de letras. Acerca desse assunto, é possível encontrar diferentes pontos de vista, porém, independentemente de sua definição, no século XXI, é imprescindível saber que o conhecimento de latim se faz necessário para o aprofundamento de muitas línguas românicas, inclusive o português. Deve ainda ser ressaltado que tal disciplina, quando ensinada na graduação de letras, não deve ser encarada como saudosismo ou afins, e sim como algo de suma importância para um completo aprendizado.

Além do conceito de língua viva e morta, há também os conceitos de língua hipotética e extinta, a serem analisados como possíveis opções para a classificação do latim. Esse trabalho visa mostrar a dificuldade existente de situar a língua latina dentro de uma categorização linguística estanque, já que ora desponta como língua viva, ora como língua morta. Nesse caso, tenta-se responder à seguinte questão-problema: qual seria a classificação linguística atual do latim? Para isso, na segunda parte do es-

tudo, consta uma reflexão que procura relativizar os termos em busca de uma melhor adequação da língua.

Busca-se entender, além dos conceitos apresentados, o significado de cada termo abordado, esclarecendo impasses como a frequente confusão entre língua extinta e língua morta que, como será visto ao longo deste trabalho, são definições diferentes. Tais concepções e reflexões serão respaldadas em autores como Evani de Carvalho Viotti (2008), Vera Lúcia Anunciação Costa (1996), Thaís Cristófaros-Silva (2002), Mário Eduardo Viaro (2013) e outros que se dedicam ao estudo do latim e suas vertentes.

No mais, o trabalho a seguir também explicará, a reboque, as diferentes possibilidades na qual uma língua pode se encaixar, bem como qual delas seria a que melhor se aplica à língua latina, uma vez que não é possível garantir a sua definição exata devido à própria controvérsia entre os autores. Obviamente, a conclusão apresentada não deve ser encarada como um veredicto para a questão-problema do artigo, já que não se pretende esgotar o assunto, mas levantar reflexões teóricas sobre ele.

2. *Conceitos e abordagens preliminares*

A língua é uma parte definida e essencial da linguagem. Pode ser considerada como um produto social e também um conjunto de convenções necessárias estabelecidas e usufruídas por um determinado grupo social em prol da linguagem, ou seja, da comunicação. Em abordagem estruturalista, Ferdinand de Saussure (1973) aponta que a língua é a norma para todas as manifestações que competem à linguagem. Logo, pode ser compreendida como um fenômeno que vai além do domínio individual. Ela é um produto de uma comunidade (VIOTTI, 2008). Segundo Napoleão Mendes de Almeida (2005), uma língua pode ser classificada como viva, morta ou extinta.

Passando, a princípio, à explicação sistemática dos conceitos apresentados por Napoleão Mendes de Almeida (2005), é necessário observar que uma língua viva é passível de mudanças devido ao tempo, além de situações de diversas ordens, e que tal processo não para nunca. Isso torna a língua viva uma entidade mutável e heterogênea, dinâmica, por assim dizer, podendo ser caracterizada, pois, como aquela que é usada como instrumento contínuo de comunicação entre os indivíduos de uma determinada nação (COSTA, 1996), ou seja, é a língua "atualmente

falada por um povo ou tribo" (ALMEIDA, 2005, p. 18), como o português, o francês, o italiano etc.

Ocorre que a língua viva é de fato heterogênea e apresenta um dinamismo inerente, o que permite dizer que, dentro de tal idioma, podem existir formas distintas, que variam e podem ser descritas e analisadas cientificamente. Aliás, essa variação é um "fenômeno universal e pressupõe formas linguísticas alternativas denominadas variantes" (MOLLICA, 2013, p. 9), que podem ser observadas de modo contextualizado, levando-se em conta o local, a classe social, a idade, o gênero do falante da língua viva, além de outros aspectos também importantes e que se referem a traços próprios dos falantes.

Nesse sentido, no ambiente onde se desenvolve uma língua viva a homogeneidade é ficcional, não real. Conforme, pontua John Lyons (2011), não se pode crer ou pressupor que todos os indivíduos falem exatamente a mesma língua dentro de uma comunidade linguística. Isso ocorre porque a língua viva admite muitas facetas, que podem ser observadas por meio da pronúncia, da gramática e do vocabulário do falante, por exemplo, além de diferenças linguísticas bastante óbvias como o sotaque do indivíduo e o dialeto manejado na região.

Imaginando, pois, a língua portuguesa que se manifesta no Brasil, percebe-se que existem várias nuances que são peculiares ao português, as que se apresentam dentro de um quadro amplo de características que abrange as línguas vivas em geral. Assim, o português comporta distinções internas na forma de falar, por exemplo, por causa da heterogeneidade que é inerente a uma língua viva, dinâmica e mutável, diferentemente do que ocorreria como uma língua morta, por suas próprias características.

O fato de que algumas línguas desaparecem ao longo do tempo é conhecido. Isso se aplica ao caso das línguas clássicas, como o latim e o grego. É importante ressaltar, porém, que as causas relacionadas ao desaparecimento, extinção ou morte de uma língua não estão diretamente ligadas a aspectos linguísticos. Passando agora à morte de uma língua, sabe-se que esta se dá de maneira tão abrupta que, em geral, não é possível identificar exatamente os seus estágios de desaparecimento. Nesse sentido, serão apresentados a seguir alguns casos de morte da língua que foram apontados pela estudiosa do assunto Thaís Cristófaros-Silva (2002).

O primeiro caso de morte de uma língua se aplica às situações em que o pesquisador não pode investigar o processo de desaparecimento

desta, devido ao fato de existirem poucos falantes vivos de tal língua. Sendo assim, há uma grande dificuldade em recolher materiais de estudo para que seja feita uma definição mais exata. Já o segundo caso está associado a uma opressão política imposta aos falantes de determinada língua, como ocorreu em El Salvador, país onde os falantes do *lenca* e do *cacaopera* tiveram de parar de fazer uso de sua língua materna. Tais falantes foram reprimidos e dizimados. Os sobreviventes, por sua vez, deixaram de falar a sua língua para não serem mais reconhecidos como parte daquele grupo étnico. O terceiro caso, por seu turno, é marcado pelo fato de a língua não ser mais usada de maneira coloquial, mas apenas em situações de ritual, mesmo que seja normal o uso de alguns itens do léxico, cujo conteúdo semântico não é reconhecido verdadeiramente pelos eventuais praticantes. (CRISTÓFARO-SILVA, 2002)

Com base nos três casos apresentados, é possível dizer que não é tão simples definir uma língua como morta, já que se fazem necessárias diversas percepções. Todavia, os exemplos citados mostram que é mais comum conviver com uma língua morta do que se imagina. A questão da morte de uma língua é muito mais complexa e envolve inúmeros questionamentos como: É morta a língua não falada, mas escrita? É morta a língua oficial de um país, ainda que a nação não tenha falantes nativos? É morta a língua que sobrevive no uso constante do léxico corrente, mesmo que os falantes não reconheçam tais itens lexicais como de outro idioma?

Tomando o latim como exemplo, sabe-se que é escrito, embora praticamente não falado; é língua oficial do Vaticano, mas não tem falantes nativos; sobrevive no léxico corrente, mas os falantes às vezes não reconhecem os traços latinos. Consoante Napoleão Mendes de Almeida (2005, p. 18), uma língua é considerada morta quando "não é usada por nenhum povo ou tribo, mas sobrevive em documentos". Aliás, o autor cita o latim como língua morta, desconsiderando que tal língua é atualmente cultivada de diversos ambientes, acadêmicos ou não, não dependendo exclusivamente de uma sobrevivência em documentos antigos (SANTOS SOBRINHO, 2013). Trata-se, na verdade, de um caso bastante peculiar.

Sobre a extinção de uma língua, não é comum encontrar em estudos a explicação desse processo. Em geral, os casos são apenas citados, sem preocupação com maiores delongas explicativas. Na tradição norte-americana, por exemplo, foi notada a importância da documentação das línguas, uma vez que elas estavam desaparecendo. O obstáculo da situação se encontra no fato de que o interesse da documentação não era o processo de extinção, e sim a descrição linguística dos falantes cujas lí-

guas iriam desaparecer. Todo o problema descrito implica diretamente a explicação do que seria uma língua extinta, visto que o material de estudo é escasso devido à falta de interesse. (CRISTÓFARO-SILVA, 2002)

Sobretudo, faz-se necessário ressaltar que língua extinta é diferente de língua morta, e ambas não devem ser confundidas. A língua pode ser considerada extinta uma vez que não é mais utilizada nem se faz necessário esforço para aprendê-la. Nota-se que o mesmo não ocorre com a língua morta. É possível dizer que uma língua extinta é uma língua apagada na qual não se encontram sequer falantes vivos. Um exemplo de língua extinta é o dalmático, falado na antiga Dalmácia e o rético, falado na Récia, que são línguas românicas atualmente extintas (VILAS BOAS & HUNHOFF, 2014). Nesse caso, além de não haver falantes nativos, tal língua não deixou literatura comprobatória de existência, ainda que se sabia ter existido.

Para Napoleão Mendes de Almeida (2005, p. 18), a língua extinta "não é falada nem deixou provas de sua existência", como é o caso das línguas supostamente faladas pelos etruscos e pelos celtas. Nesta definição, dificilmente poderia ser enquadrado o latim, já que, além da farta literatura que atesta a sua existência, o idioma é adotado em várias searas do saber (direito, filosofia, teologia) e incentivado no ambiente universitário. Assim, de certa forma, o latim é manejado, não podendo ser comparado à língua etrusca. Eis, então, parte do problema classificatório do latim, que não seria precisamente classificado como morto nem extinto.

Há um Clube de Simulações da Universidade de São Paulo, relacionado à UNESCO, que divide o processo de extinção de uma língua em três, sendo o primeiro a extinção repentina, que ocorre quando há uma perda de um grupo completo e de maneira rápida; o segundo seria a extinção radical, que é parecida com o primeiro, porém, deixa alguns sobreviventes que, por fim, abandonam a sua língua, por não terem mais com quem utilizá-la; por último, a extinção gradual, que é o tipo mais comum e pode demorar gerações até que se alcance a inexistência. Devido ao seu caráter gradual, é possível encontrar trabalhos que possuíam o intuito de revitalizar o uso da língua ou, nos casos irreversíveis, registrá-la para que não desapareça por completo no campo fonético ou da escrita.

A língua, no geral, é uma parcela cultural que dá identificação a um lugar. Ela se torna um meio de expressão da identidade local e liga os falantes do passado, presente e futuro. Junto dessa suposta língua é pos-

sível encontrar conhecimento de mundo e experiência humana, por isso tem havido um contínuo esforço para evitar que determinadas línguas desapareçam. Há países inclusive adotando meios que inibem tal processo por meio da valorização de línguas minoritárias, como é o caso da União Europeia. (JONES, 2003)

Há ainda a denominação "língua hipotética", abordada por autores como Mário Eduardo Viaro (2013), Edwin Bucher Williams (1986), Joaquim José Nunes (1969), Bruno Fregni Bassetto (2010). É possível entender que tal termo se refere às línguas que não possuem documentos suficientes para a comprovação de sua existência, sendo necessário um estudo comparativo baseado em suposições. Como exemplo de língua hipotética, tem-se o indo-europeu, já que foi reconstruído com base em fragmentos heterogêneos e de época remota. Entretanto, denominar uma língua como hipotética não é tão simples como parece.

No século XVI, diante de algumas palavras parecidas existentes no latim, no grego e no sânscrito, despertou-se o interesse de alguns estudiosos, que se dedicaram à reconstrução linguística do que seria a "língua-mãe". No entanto, apesar dos esforços para chegar a uma língua responsável pela existência de todas as outras, o resultado previsto não foi alcançado. Através da noção de afiliação genética das línguas, foi possível estabelecer as chamadas famílias linguísticas, que constatarem o parentesco existente entre as línguas. (VIARO, 2013)

Essa noção de afiliação genética das línguas, como explica Mário Eduardo Viaro (2013), torna-se tangível quando se percebe que o português provém do latim, e o latim, por sua vez, provém de um ramo hipotético denominado itálico. O itálico, por seu turno, provém de outro grupo hipotético ainda mais antigo, o indo-europeu, sendo ambos situados linguisticamente no campo da hipótese, já que não documentados, mas sim reconstruídas com base em comparações entre vocábulos de várias línguas. Não se trata, obviamente, de assunto que abranja a língua latina.

Reflexão: em qual conceito se encaixa o latim?

O latim é conhecido por ser a língua-mãe do idioma de diversos povos. Tal língua "vem de um grupo hipotético chamado itálico" (VIA-

RO, 2013, p. 107) e deu origem às chamadas línguas românicas¹, dotadas de características que comprovam essa relação.

Edwin Bucher Williams (1986) explica que, enquanto o latim clássico² se tornava uma língua morta, ou seja, seu uso era cada vez mais restrito, o latim vulgar³, modalidade linguística da qual se originou o português, seguia em desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, o latim vulgar não cultivou uma grande literatura que pudesse comprovar sua existência, sendo então “uma língua reconstruída de fragmentos heterogêneos e em grande parte na base de hipóteses”. (WILLIAMS, 1986, p. 15)

Embora o latim na sua modalidade vulgar se tratasse de uma língua eminentemente falada e com pouca cultura literária, isso não o faz uma língua hipotética, visto que, consoante Edwin Bucher Williams (1986), há fontes comprobatórias da existência do latim, como os elementos populares, observações linguísticas nas modalidades do latim clássico e no medieval, elementos latinos presentes nas línguas de muitos povos e, principalmente, as próprias línguas românicas.

De modo contrário, a unidade primitiva que deu origem ao latim, o chamado indo-europeu, que é descrito por Joaquim José Nunes (1969, p. 3) como uma língua “falada por um povo sem história e cujo assento ou habitação a ciência ainda não conseguiu determinar”, trata-se de uma língua hipotética, uma vez que tudo o que se sabe a respeito dela advém de estudos comparativos entre diversas unidades linguísticas, a partir do que Mário Eduardo Viaro (2013, p. 107) denomina de “noção de filiação genética das línguas”. Mário Eduardo Viaro (2013) traz em sua obra um exemplo claro de como ocorre tal estudo comparativo:

Tenhamos em mão as formas da primeira pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo do verbo ser nessas três línguas: em latim, *eram*, em grego, *ēn*, em sânscrito, *asam*. Aparentemente não há nada em comum, mas se sabemos que em grego há uma forma mais antiga, *hean*, e que o metaplasmo *ea* > *ē* é frequente no dialeto ático, pode-se chegar com facilidade à forma indo-europeia **esam*. (VIARO, 2013, p. 108)

¹ De acordo com Ismael de Lima Coutinho (1974, p. 42), as “línguas românicas são aquelas que conservam vestígios indeléveis de sua filiação ao latim no vocabulário, na morfologia e na sintaxe”.

² A modalidade latim clássico, segundo Edwin Bucher Williams (1986, p. 15), era “a língua das classes cultivadas”.

³ A modalidade latim vulgar, segundo Edwin Bucher Williams (1986, p. 15) era “a língua do povo”.

Observando o exemplo de comparação acima, percebe-se que há grande dificuldade em reconstruir uma língua com base em hipóteses. Esse tipo de estudo requer conhecimento histórico e linguístico, uma vez que é necessário recorrer a vários idiomas, analisá-los historicamente, recorrer a metaplasmos com intuito de explicar possíveis mudanças ao longo do tempo e, enfim, comparar cada aspecto linguístico dos vocábulos selecionados, como o ocorrido com o verbo “ser”.

Dessa forma, é possível dizer que tal noção de afiliação entre línguas é algo exequível e possibilita reconstruir uma língua desconhecida que deu origem a tantas outras. Logo, entende-se que o termo “língua hipotética” pode ser usado para referir-se ao indo-europeu e não ao latim, o qual, embora faça parte da família indo-europeia, não comporta tal terminologia, uma vez que não é uma língua alcançada através de uma reconstrução comparativa com base em hipóteses.

Outro termo problemático utilizado para se referir ao latim é o de “língua extinta”. Entretanto, Leland McCleary (2009, p. 11) explica que a extinção de uma língua ocorre quando deixam de usá-la, "e quando os últimos falantes daquela língua morrem, a língua também morre. Se a língua é escrita, ainda podemos saber algo sobre ela, mas a maioria das línguas não tem escrita e, quando morrem, desaparecem para sempre".

Em suma, para que uma língua seja considerada extinta, é necessário que não haja mais nenhum falante vivo, assim como uma determinada espécie que é extinta quando o último ser vivo pertencente a ela deixa de existir. A partir dessa definição de língua extinta, percebe-se que tal fenômeno também nunca ocorreu com o latim, visto que ele ainda é praticado em áreas como a ciência, a igreja e resgatado de inúmeras formas, as quais serão vistas mais a diante. Além do mais, por se tratar de uma língua não ágrafa, o latim (clássico) deixou diversos elementos que comprovam a sua existência, assim como farta literatura escrita.

Para fins de exemplificação, Bruno Fregni Bassetto (2013) aponta que a única língua românica morta é a dalmática, falada na região da antiga Dalmácia, uma província romana. Entretanto, entende-se que tal língua se encaixa melhor na definição de língua extinta dada por Leland McCleary (2009), uma vez que o último falante do dalmático morreu no dia 10/06/1898, data também considerada como o dia de seu desaparecimento. Mário Eduardo Viaro (2013) também apresenta outros exemplos de línguas extintas, tais como o sânscrito, o tocário e o hitita.

Confusões entre os termos língua morta e extinta são comuns, visto que ambos indicam que a língua não é mais usada no cotidiano de nenhum povo, porém há diferenças entre esses conceitos, comprovadas a partir dos três casos de morte de uma língua apresentados por Thaís Cristófar-Silva (2002) e a definição de língua extinta para Leland McCleary (2009). O que é interessante entender aqui, é que o termo língua extinta não se aplica ao latim, pois se trata de uma língua que possui escrita e tem parte do seu léxico constantemente resgatado por praticantes de outras línguas, ainda que em rituais religiosos e documentos bastantes específicos.

O latim, contudo, também não pode ser referenciado como uma língua viva, a partir do momento em que ela não é mais usada por uma comunidade como meio de comunicação, seja escrita seja oral. Em outras palavras, não se faz necessário aprender a língua latina para viajar a algum lugar, nenhum estabelecimento possui o compromisso de se comunicar por meio dela e, obviamente, o mesmo não ocorre com as demais línguas como o português, o francês e as outras neolatinas. Sabe-se que, no Vaticano, a língua oficial é a latina, utilizada em documentos oficiais e religiosos, devendo ser ressaltado, todavia, que não há nativos da língua, uma vez que não ocorrem nascimentos no país.

Embora o latim não possa ser considerado uma língua viva devido aos motivos apresentados acima, defini-lo como língua morta parece no mínimo injusto, e isso porque o idioma é um dos mais estudados no mundo. Os especialistas atribuem esse interesse ao aprendizado do latim por ser uma porta para as raízes comuns da cultura europeia (KLUEMPERS, 2006). Aliás, um fato interessante a respeito dessa língua que supostamente é considerada como morta é que recentemente fora lançado pelo Vaticano um dicionário contendo novas palavras latinas⁴.

Ora, se levado em consideração apenas o critério de utilização de uma língua no âmbito da informalidade, consoante aponta Thaís Cristófar-Silva (2002), de fato o latim deveria ser classificado como uma língua morta. Ocorre que a língua latina tem sido, com demasiado esforço, cultivada em ambientes específicos, geralmente acadêmicos, sendo utilizada coloquialmente na fala (SANTOS SOBRINHO, 2013). Contudo, como isso ocorre em espaços artificialmente cultivados para tanto, emer-

⁴ O latim fora inicialmente falado na era antes de Cristo, logo muitas palavras usadas no atual vocabulário não possuem seus respectivos significados na língua latina.

ge a questão da não existência de um falante verdadeiramente nativo da língua.

Mesmo convivendo diariamente com os praticantes das línguas românicas, herdeiras comprobatórias da existência do latim, a razoável quantidade de léxico manejada pelos falantes não parece ser reconhecida de fato por eles. Note-se que, normalmente, a língua latina é utilizada em áreas técnicas, nas quais a precisão conceitual é condição importante, como o direito, a biologia, a taxonomia da fauna e da flora, a química, etc. Não parece que itens lexicais esparsos na fala e na escrita dos indivíduos sejam suficientes para atestar a vida de uma língua. De modo análogo, dados o uso constante e corrente do léxico latino, como se pode ver em produtos de supermercados e marcas comerciais, e a utilidade técnica em virtude de ser uma língua precisa e menos sujeita às ações do tempo, também não se pode atestar com veemência a morte do latim.

Para a língua portuguesa, é fato que o latim é de suma importância, uma vez que esta é a sua raiz, que se faz muito presente no cotidiano, nas áreas acadêmicas e também sociais, o que significa que o latim não é importante apenas para o aprofundamento do conhecimento do português, mas também em diversos seguimentos da vida, inclusive para o raciocínio lógico e intelectual, como aponta Napoleão Mendes de Almeida (1992).

De qualquer forma, com base nos três casos de morte de língua definidos por Thaís Cristófar-Silva (2002), já apresentados no primeiro tópico deste trabalho, pode-se observar que o latim mais se aproxima, não de forma taxativa, ao terceiro caso: a língua não é mais usada de maneira coloquial, apenas em situações de ritual. Entretanto, é usual aparecerem itens do léxico latino fora dos rituais religiosos, ainda que, em geral, os falantes não possuam conhecimento de etimologia da palavra. Na verdade, os participantes dos rituais religiosos, em sua maioria, não possuem o conhecimento do conteúdo semântico que é proferido em tais rituais.

Além dos comentários apresentados evidenciando que o latim não é uma língua viva, há ainda uma impressão de que o estudo do latim jamais será recuperado em sua totalidade devido às próprias circunstâncias das políticas educacionais atuais⁵. No entanto, isso não inclui as universi-

⁵ Atualmente, o ensino médio tem sido alvo de diversas reformas educacionais, sendo que muitas áreas do saber têm sua carga horária reduzida, o que levanta a hipótese de que a língua latina de fato não voltará ao currículo do ensino básico, como o era até meados do século XX.

dades, que mantêm cursos que fomentam o aprendizado da língua como um meio de compreensão das bases históricas das línguas românicas, dos termos técnicos utilizados no meio jurídico, de conhecimentos de cunho teológico e filosófico etc.

Por fim, o que se observa é que há um impasse na definição exata da língua latina, isso porque tanto defini-la como viva quanto defini-la como morta parecem extremismos. Como é possível uma língua morta criar um novo dicionário? Como é possível uma língua morta ainda ser utilizada em tantos estudos atuais? Como se explica o crescente interesse no estudo do latim em países que sequer o têm como língua originária? Ao que parece, é difícil classificar uma língua que possui contornos de viva, porém não mais falada, pelo menos não de maneira corriqueira.

3. Conclusão

Após uma reflexão a respeito dos inúmeros conceitos para enquadramento do latim, entende-se que há real dificuldade em determinar o que o idioma vem a ser devido a questionamentos tais como: o significa de fato que uma língua está em uso? Pode-se considerar que o latim está em uso, mesmo que o falante não reconheça o significado do léxico? A vida e a evolução de uma língua podem ser provadas pela publicação de um glossário como novas terminologias latinas, por exemplo?

Com base em autores como Thaís Cristófaros-Silva (2002) e Mário Eduardo Viaro (2013), que abordam, respectivamente, os termos língua extinta e hipotética, é possível descartar tais definições, já que a primeira se trata, em geral, de línguas que deixam de existir quando o seu último falante morre; a segunda, de línguas que são reconstituídas com base em hipóteses devido à falta de documentos que comprovem sua existência. Logo, esses dois casos não se aplicam ao latim, visto que, apesar de não existirem falantes nativos, existem os praticantes eventuais da língua nos dias atuais, além de inúmeros documentos escritos em latim.

Na verdade, o grande impasse está entre os conceitos de língua viva e morta. Sobre língua viva, Vera Lúcia Anunciação Costa (1996) diz se tratar de um instrumento diário de comunicação, ou seja, uma língua viva é aquela que é utilizada no cotidiano dos falantes de uma nação e que se encontra em constante evolução. Isso remete ao fato de que o latim não é uma língua praticada como instrumento diário de comunicação de um povo, a não ser em situações específicas. Dessa forma, percebe-se

que o latim melhor se encaixa no terceiro caso de morte de uma língua apresentado por Thaís Cristófaros-Silva (2002), que consiste no não uso de maneira coloquial, mas apenas em situações de ritual.

Assim sendo, com base no conteúdo pesquisado, parece que é inegável o fato de que os resquícios da língua latina, seu legado e sua história estão presentes no meio social e, mesmo sendo uma língua aparentemente estática e sem nativos, ainda contribui sobremaneira com a cultura neolatina, estando presente em várias áreas do conhecimento, especialmente pela não propensão a mudanças, diferentemente do que ocorre com uma língua viva. De qualquer forma, devido a tantas especificidades, há dificuldade em delimitar qual seria a melhor classificação para o latim, e é por isso que não se pretende esgotar o assunto com este trabalho, mas sim contribuir para o enriquecimento dos estudos acerca da importância da língua latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*: curso único e completo. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

_____. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. I - história externa das línguas românicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

_____. O extinto veglioto no contexto românico. *Idioma*, Rio de Janeiro, n. 24, 1º. Sem, p. 20-38, 2013. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/24/Idioma24_a02.pdf>. Acesso em: 25-01-2017.

COSTA, Vera Lúcia Anunção. A importância do conhecimento da variação linguística. *Educar em Revista*, Curitiba, vol. 12, p. 51-59, 1996. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100005>. Acesso em: 25-01-2017

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Morte de língua ou mudança linguística? – Uma revisão bibliográfica. *Revista do Museu Antropológico - UFG*. Goiás, vol. 5-6, n. 1, p. 55-73, 2002. Disponível em:

<<http://www.projetواسpa.org/cristofaro/publicacao/pdf/mudancalgtca-goias-2002.pdf>>. Acesso em: 26-01-2017

JONES, Meirion Prys. *As línguas ameaçadas de extinção e a diversidade linguística na União Europeia*. Direção-Geral das Políticas Internas. 2003. Disponível em:

<<http://www.europarl.europa.eu/committees/en/supporting-analyses-search.html>>. Acesso em: 07-02-2017.

KLUEMPERS, John. Língua morta, porém popular. *Deutsche Welle*, s/p, 2006. Disponível em:

<<http://latim.paginas.ufsc.br/files/2012/06/Li%CC%81ngua-morta.pdf>>. Acesso em: 26-01-2017.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad.: Marilda Winkler Averborg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MAGRINI, Daniel Ferreira; PEREIRA, Danuzia dos Anjos; ZACARIAS Pedro Henrique de Souza; YOUNG, Chloé Rocha. Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura. (UNESCO). Simulação Diplomática. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009. Disponível em:

<<http://stoa.usp.br/csusp/files/1560/8684/Guia+de+Estudos++UNESCO+PAX+2009.pdf>>. Acesso em: 27-01-2017.

MCCLEARY, Leland. *Sociolinguística*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em:

<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sociolinguistica/assets/547/TEXTO-BASE_Sociolinguistica.pdf>. Acesso em: 28-01-2017.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: ____; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de gramática histórica*. 7. ed. Lisboa: Clássica, 1969.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante dos. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção*. 2013. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-graduação em Língua e

Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/te-ses/2013/28001010078P1/TES.PDF>>. Acesso em: 27-01-2017.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

VIARO, Mário Eduardo. *Manual de etimologia do português*. 2. ed. São Paulo: Globo Livros, 2013.

VILAS BOAS, Cristiane Max Serra; HUNHOFF, Elizete Dall'Comune. Um estudo sobre a origem da língua portuguesa: do latim à contemporaneidade, contexto poético social. *Revista Moinhos*, vol. IV, p. 33-45, 2014. Disponível em:

<<http://www.unemat.br/revistas/moinhos/media/files/um%20estudo%20sobre%20a%20origem%20da%20l%20g%20ngua%20portuguesa%20do%20latim%20c%20contemporaneidade,%20contexto%20po%20tico%20e%20social.pdf>>. Acesso em: 08-02-2017.

VIOTTI, Evani de Carvalho. *Introdução aos estudos linguísticos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/estudosLinguisticos/assets/317/TEXTO_BASE_-_VERSAO_REVISADA.pdf>. Acesso em: 07-02-2017.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português*. 4. ed. Trad.: Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.